



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B4

Data: 25/09/2012

FONOAUDIOLOGIA

MPE cobra tratamento

O Ministério Público Estadual ajuizou ontem ação civil pública para que o Município de Aracaju providencie tratamento digno de fonoaudiologia a crianças e adolescentes portadores de doenças como Síndrome de Down, paralisia cerebral ou autismo. De acordo com o MPE, hoje a fila de espera por atendimento no Centro de Especialidades Médicas da Criança e do Adolescente (CEMCA) pode chegar a até dois anos.

Na ação civil pública, o Ministério Público Estadual pede à Justiça que as crianças e adolescentes com problemas de motricidade oral sejam adequadamente assistidas em até 60 dias. A Promotora dos Direitos à Saúde solicitou também que, nesse mesmo prazo, haja a ampliação do serviço com a contratação de novos profissionais ou prestadores. Hoje, somente quatro profissionais realizam o atendimento.

O documento diz ainda que, com a ampliação do atendimento fonoaudiológico, a fila de espera não pode superar 30 dias. Atualmente, 249 crianças e adolescentes aguardam pelo início do tratamento, que varia entre um ano e meio e dois anos após a triagem inicial. O MPE pediu também que a lista com os pacientes na fila de

espera e o dia da realização da triagem seja encaminhada em 10 dias após o julgamento da liminar.

Para a promotora de Justiça Euza Missano, a situação é grave e coloca em risco o tratamento dos pacientes mais críticos. “Os pacientes em situação mais crítica, da categoria vermelha, cujo tratamento pode levar mais de um ano para ser concluídos, estão sendo colocados para o final da fila de espera para evitar um impacto ainda maior no tempo de espera”, declarou.

Euza Missano, autora da ação civil pública, disse que a contratação de novos profissionais ou prestadores de serviço precisa ser realizada urgentemente. “São somente quatro fonoaudiólogos para atender a pacientes que vêm de todo o estado, para realizar um atendimento que deveria ser prioridade. É inadmissível haver uma fila de espera”, afirmou a promotora de Justiça.

Na ação civil pública, o MPE pede que, caso haja descumprimento dos pedidos, a multa seja revertida para o gestor público. A demora para o início do tratamento em fonoaudiologia foi constatada pelo Ministério Público Estadual em audiência pública realizada na semana passada, quando ficou esclarecido que havia uma grande sobrecarga no serviço de fonoaudiologia no Cemca.